

Plano de Intervenção no Espaço Rústico do Núcleo de Pedreiras das Pedras Finas Ponte de Lima

Disposições que altera no PDM de Ponte de Lima

Ponte de Lima

2018

Índice

1. Introdução	3
2. Extrato de Regulamento do PDM de Ponte de Lima	4
3. Extrato da Planta de Ordenamento do PDM de Ponte de Lima	12
4. Extrato da Planta de Condicionantes do PDM de Ponte de Lima	13
5. Extrato Planta de Condicionantes PDM / Anexo II – Perigosidade	14
6. Extrato Planta de Condicionantes PDM / Anexo II - Áreas Percorridas por incêndios nos últimos 10 anos	15
7. Alteração de disposições regulamentares decorrentes do PIER	16

Índice de figuras

Figura n.º 1 - Correspondência entre categorias/subcategorias do PDM e as adotadas no PIER	17
Figura n.º 2 - Proposta de desafetação do DPH	18

Índice de quadros

Quadro n.º 1 - Correspondência entre categorias/subcategorias do PDM e as adotadas no PIER	19
--	----

1. Introdução

O presente documento explicita as disposições do Plano Diretor Municipal de Ponte de Lima que têm aplicação na área objeto do Plano de Intervenção em Espaço Rústico do Núcleo de Pedreiras das Pedras Finas (doravante referido por PIER-NPPF ou Plano), designadamente, ao nível do Regulamento, da Planta de Ordenamento e da Planta de Condicionantes.

O Plano Diretor Municipal de Ponte de Lima foi publicado no Diário da República n.º 63 – I, série-B, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2005, de 31 de março, tendo sido retificado pelo Aviso n.º 22988/2010, publicado no Diário da República n.º 218 – II S, de 10 de novembro, e alterado, conforme Aviso n.º 4269/2012, publicado no Diário da República n.º 55 – II S, de 16 de março (1ª alteração).

A alteração ao PDM referida recaiu, entre outros aspetos, sobre *“Alterações na planta de ordenamento nas áreas de exploração dos recursos geológicos, no que se refere à sua delimitação, com consequente alteração da UOPG 18”* (página 9977, Aviso n.º 4269/2012). A UOPG 18 corresponde à área de intervenção do PIER-NPPF, pelo que as disposições adiante explicitadas são as que entraram em vigor com a publicação do Aviso n.º 4269/2012.

As alterações propostas resultantes da proposta do PIER-NPPF incidem sobre a Planta de Ordenamento e Regulamento nas categorias *“Área predominantemente Florestal de Produção Condicionada”* e *“Área para exploração de recursos geológicos”*, ao nível da sua delimitação e disposições regulamentares aplicáveis. São preconizadas também alterações na Planta de Condicionantes, mas com caráter pontual.

Nos capítulos seguintes (de 2 a 6), apresentam-se os extratos do PDM aplicáveis na área de intervenção do Regulamento, da Planta de Ordenamento e da Planta de Condicionantes. No último, expõe-se as disposições cuja alteração é proposta e respetivos fundamentos.

2. Extrato de Regulamento do PDM de Ponte de Lima

CAPÍTULO II

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

(...)

Artigo 10.º

Domínio hídrico e Zonas inundáveis

1 — Nos leitos, nas margens e na zona adjacente para cada lado da linha de margem, é interdito:

- a) Implantar edifícios ou realizar obras suscetíveis de constituir obstrução à fluência dos leitos aparente, subterrâneo ou atmosférico das linhas de água;*
- b) Destruir o revestimento vegetal ou alterar a morfologia natural do terreno;*
- c) Instalar vazadouros, lixeiras, parques de sucata ou quaisquer outros depósitos de materiais;*
- d) Lançar ou permitir a infiltração de efluentes de esgotos domésticos, agrícolas ou industriais não previamente tratados ou que constituam riscos ambientais.*

2 — Na área que constitui o domínio hídrico ou integrada em zonas inundáveis, poderão ser autorizadas, mediante parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR — Norte):

- a) A implantação de infraestruturas de interesse público indispensáveis ou a realização de obras de beneficiação hidráulica;*
- b) A realização de intervenções, incluindo a construção de edifícios justificados como complemento indispensável de outros já existentes e devidamente licenciados, quando não seja viável outra alternativa, nomeadamente a hipótese de demolir a construção existente para a reconstruir noutra local.*

(...)

Artigo 12.º

Exploração de Massas minerais e concessões mineiras

1 — Sem prejuízo da legislação aplicável, a Câmara Municipal de Ponte de Lima promoverá a racionalização do exercício da exploração de massas minerais e de concessões mineiras, da sua transformação e comercialização e o cumprimento dos condicionamentos e obrigações decorrentes dos respetivos processos de licenciamento.

2 — No âmbito dos procedimentos referidos no número anterior, as explorações de massas minerais e de concessões mineiras deverão:

- a) Respeitar as zonas de defesa previstas na legislação;*
- b) Adotar medidas tendentes à redução do impacte ambiental e à preservação da qualidade do meio envolvente, durante o exercício da atividade licenciada;*
- c) Promover, quando cesse a exploração da atividade, a execução de medidas de segurança e de recuperação ambiental e paisagística adequadas, de acordo com a legislação em vigor.*

(...)

Artigo 13.º

Reserva Ecológica Nacional

1 — No concelho de Ponte de Lima, a Reserva Ecológica Nacional, adiante designada por REN, é constituída pelos seguintes ecossistemas:

- a) Leitos de cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias;*
- b) Lagoas, suas margens naturais e zonas húmidas adjacentes;*
- c) Cabeceiras das linhas de água;*
- d) Áreas de máxima infiltração;*
- e) Áreas com riscos de erosão.*

2 — Nas áreas incluídas na REN são proibidas todas as ações que se traduzam em:

- a) Obras de urbanização, nomeadamente operações de loteamento, vias de comunicação e acessos viários, aterros e escavações;*
- b) Construção ou ampliação de edifícios, excetuando intervenções de recuperação que não impliquem a ampliação da área de implantação e da volumetria, o agravamento das condições de impermeabilização dos terrenos ou a alteração das condições de uso;*
- c) Destruição do coberto vegetal.*

3 — Excetua-se do disposto no número anterior as intervenções previstas no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 93/90, de 19 de março, com a redação revista no Decreto -Lei n.º 213/92, de 12 de outubro.

(...)

Artigo 16.º

Regime florestal

1 — Os terrenos integrados no regime florestal e como tal delimitados na Planta de Condicionantes estão sujeitos à servidão florestal definida na legislação vigente.

2 — Às áreas de baldios incluídas no Regime Florestal aplica-se também o disposto no número anterior.

Artigo 16.º-A

Medidas de defesa da floresta contra incêndios

As edificações, infraestruturas e estruturas de apoio enquadráveis no regime previsto para as categorias e subcategorias de espaços inseridas em solo rural, terão de cumprir as medidas de defesa contra incêndios florestais definidas no quadro legal em vigor e previstas no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (pmdfci), bem como as que a seguir se definem:

- a) A construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria, fora das áreas edificadas consolidadas, é proibida nos terrenos classificados nos PMDFCI com risco de incêndio das*

classes alta ou muito alta, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas redes regionais de defesa da floresta contra incêndios;

b) As novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, as regras definidas no PMDFCI de Ponte de Lima ou, se este não existir, a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.

Artigo 16.º-B

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho

As normas de intervenção nos espaços florestais, conforme definidos nas secções VII, VIII e XIX deste regulamento, são as constantes do PROFAM, nomeadamente nas respetivas sub-regiões homogéneas aí definidas.

(...)

Artigo 25.º

Telecomunicações

1 — Carecem do parecer do Instituto das Comunicações de Portugal, as intervenções previstas na legislação vigente sobre a matéria, a realizar nas zonas de libertação e nas zonas de desobstrução dos feixes hertzianos entre o Centro Radioelétrico da Serra de Arga e os de Paredes de Coura, Ponte da Barca e Ponte de Lima, definidos na planta de condicionantes do PDM.

(...)

Artigo 32.º

Marcos geodésicos

Será respeitada uma servidão mínima de proteção de 15 m em torno dos marcos geodésicos identificados na planta de condicionantes e de outros que venham a ser colocados, devendo a Câmara Municipal de Ponte de Lima inviabilizar qualquer intervenção que prejudique a visibilidade assegurada ao sinal construído e entre os sinais que integram a rede geodésica.

(...)

CAPÍTULO III

Ordenamento e edificabilidade

SECÇÃO I

Classes de espaços

(...)

Artigo 35.º

Espaço não urbano

1 — O Espaço não urbano é caracterizado por se destinar predominantemente ao uso agrícola ou florestal e no qual não são permitidas operações de loteamento.

2 — O Espaço não urbano compreende as seguintes categorias:

(...)

c) Área predominantemente florestal para produção condicionada;

(...)

e) Área para extração e transformação de granitos;

(...)

SECÇÃO VIII

Área predominantemente florestal de produção condicionada

Artigo 55.º

Usos

1 — Esta área destina -se ao uso florestal, condicionado à exploração intensiva dos solos, não sendo permitidas quaisquer construções, exceto quando destinadas à prevenção e combate de fogos florestais e com aprovação das entidades competentes.

2 — Nesta área aplica -se o disposto no n.º 3 do artigo 51.º deste Regulamento.

3 — Nos terrenos desta área devastados por incêndios não é permitida a alteração do seu uso e proceder -se -á ao seu repovoamento florestal.

Artigo 56.º

Condicionamentos à mobilização e exploração florestal

Nesta área não são permitidas mobilizações do solo suscetíveis de promover ou aumentar o seu grau de erosão e degradação, observando-se as seguintes disposições:

- a) As mobilizações mecânicas do solo constarão apenas de ripagens simples segundo as curvas de nível;*
- b) A aplicação de cortes rasos deverá ser feita de forma a minimizar os riscos de erosão, pelo que não deverão ter uma largura superior a 150 m medida na direção do maior declive, permanecendo faixas paralelas com 50 m de largura sem cortar durante, pelo menos, cinco anos;*
- c) As ações de repovoamento florestal, nomeadamente de adensamento de falhas e clareiras, devem visar uma floresta de proteção, com implantação de povoamentos mistos de espécies autóctones e serem feitas à cova ou sementeira ao «covacho», nas zonas de maior risco de erosão.*

Artigo 51.º

3 — Os proprietários, autarquias e outras entidades que detenham a administração destes terrenos confinantes com as áreas florestais, adotarão medidas preventivas de redução do risco de incêndio, de acordo com legislação em vigor, conforme o previsto artigo 16-A.

(...)

SECÇÃO X

Área para exploração de recursos geológicos

Artigo 59.º

Definição e usos

1 — A área de exploração de recursos geológicos integra as áreas que possuem as características adequadas ao aproveitamento económico de massas minerais e depósitos minerais.

2 — A utilização destas áreas subordinar-se-á, estritamente, ao permitido pelos condicionamentos impostos pela legislação em vigor e pelas autoridades competentes através dos devidos pareceres, autorizações e ou licenciamentos obrigatórios, admitindo-se, complementarmente ao previsto no n.º 1, as seguintes ocupações e utilizações:

a) Operação de gestão de resíduos diretamente relacionados com a atividade de exploração ou adequados para a requalificação ambiental da área;

b) Instalação de estabelecimentos industriais onde se desenvolvam atividades de transformação diretamente relacionadas com a exploração;

c) Anexo destinado ao uso complementar e dependente, de ocupações e utilizações previstas no presente artigo.

3 — A área de explorações das massas minerais existentes pode ser sujeita a expansão, mediante declaração prévia de Interesse Municipal.

4 — As zonas englobadas nesta área que não estejam em atividade de exploração terão uso preferentemente florestal, devendo promover -se a sua recuperação paisagística.

SECÇÃO XV

Unidades operativas de planeamento e gestão

(...)

Artigo 65.º

Definição e Regime

1 — *As unidades operativas de planeamento e gestão correspondem a espaços de ordenamento ou conjuntos de espaços de ordenamento, para os quais devem ser desenvolvidos planos municipais de ordenamento do território, loteamentos e outras operações urbanísticas.*

2 — *Enquanto os instrumentos referidos no número anterior não entrarem em vigor, a gestão das respetivas unidades operativas para a ocupação, uso e transformação do solo rege-se -á pelas disposições aplicáveis deste plano diretor municipal sendo estas revogadas pelas disposições neles contidas, após a aprovação dos mesmos.*

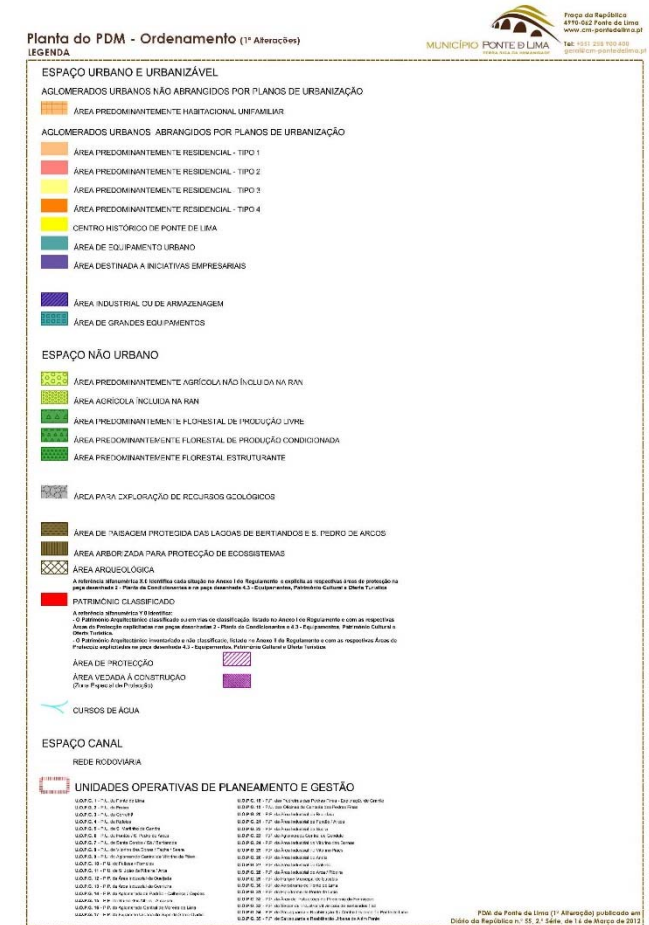
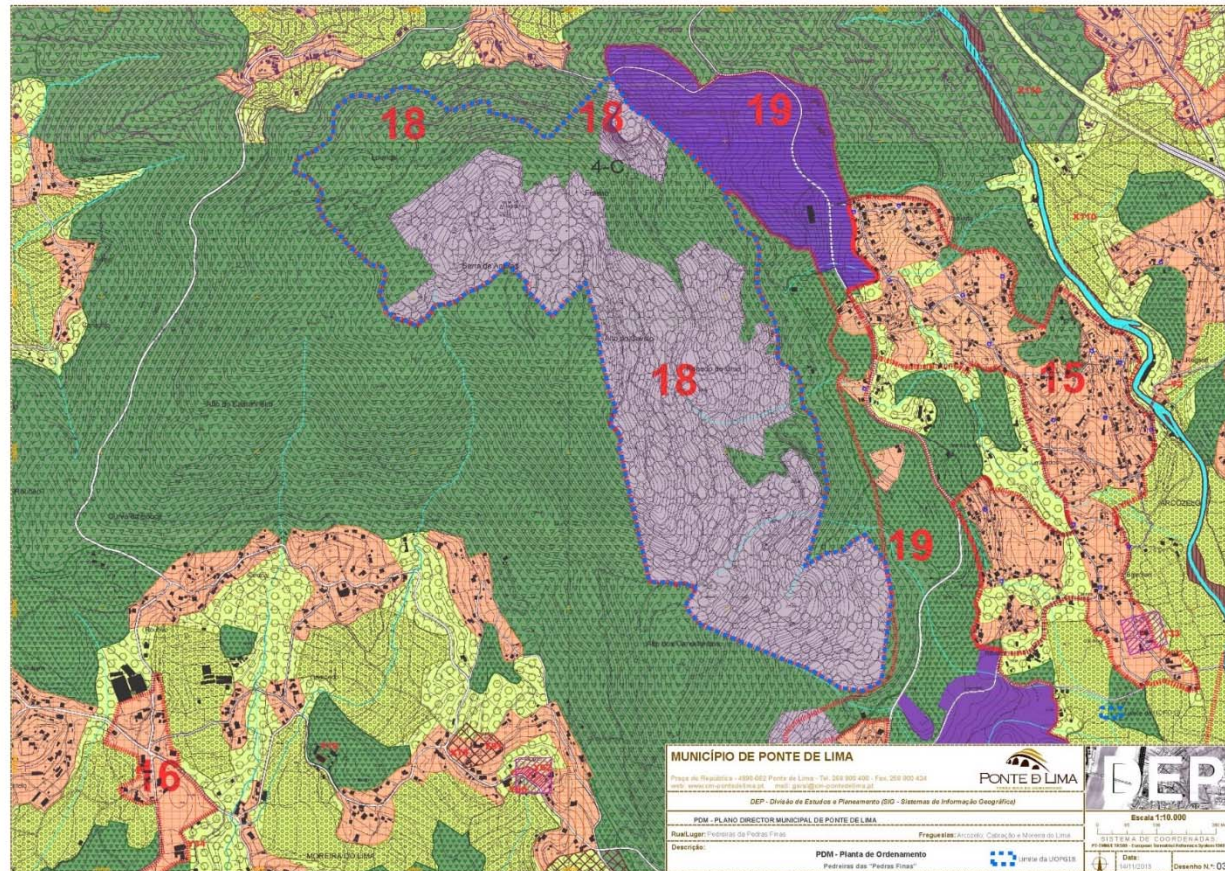
3 — *Os planos municipais de ordenamento do território referidos no n.º 1 deste artigo estabelecerão o regime de cedências e mecanismos de perequação compensatória para cada uma das áreas de intervenção.*

4 — *São definidas as seguintes Unidades Operativas identificadas na Planta de Ordenamento:*

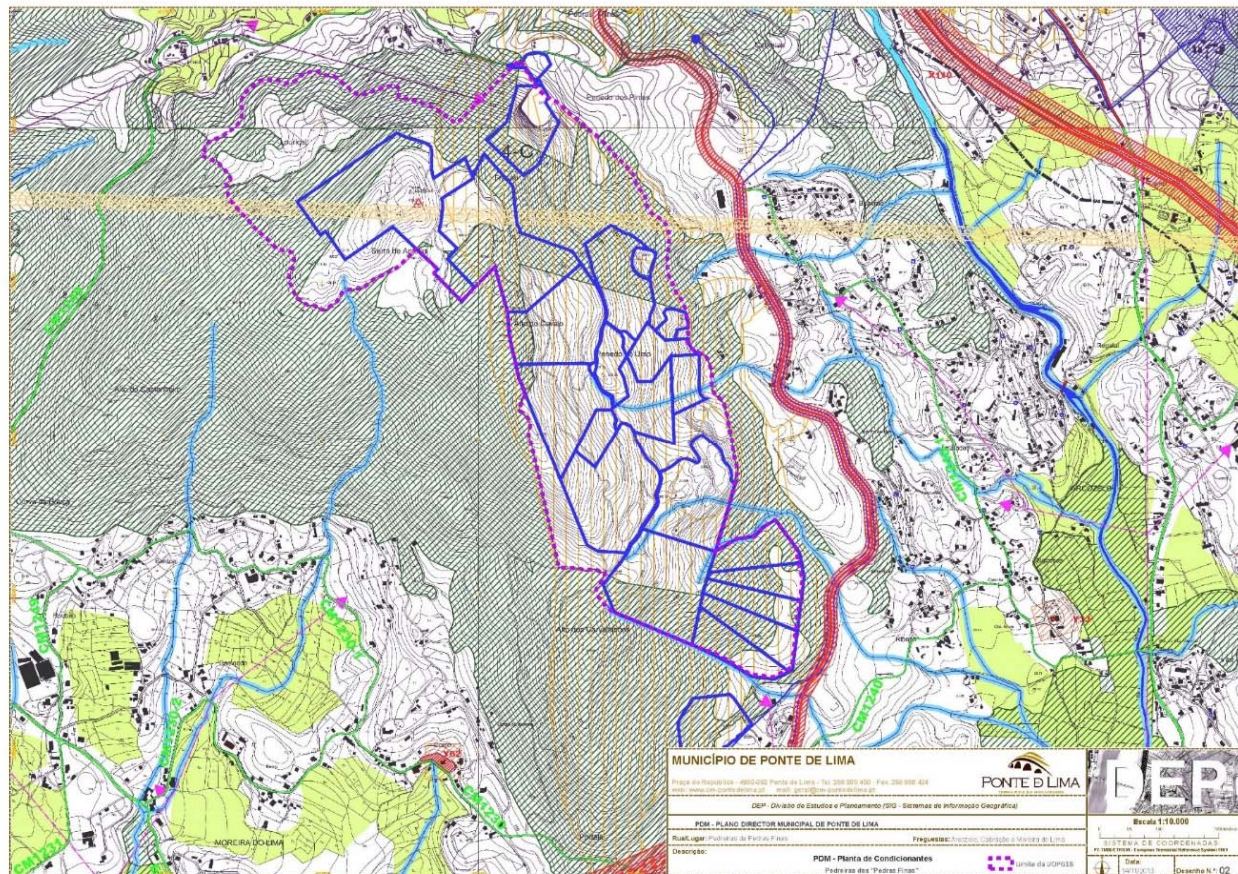
(...)

UOPG 18 — Plano de Pormenor das Pedreiras das Pedras Finas - Exploração de Granito;

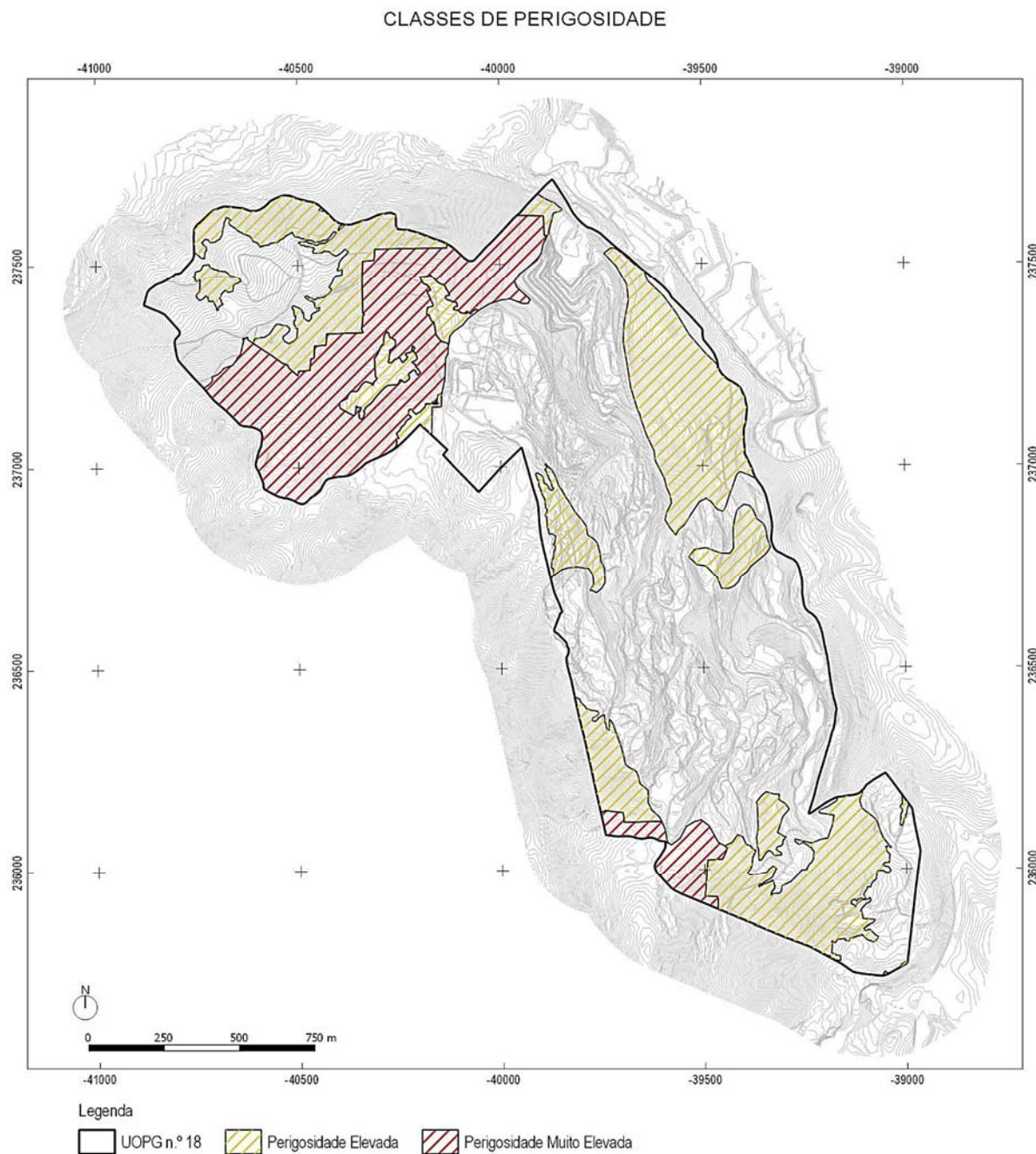
3. Extrato da Planta de Ordenamento do PDM de Ponte de Lima



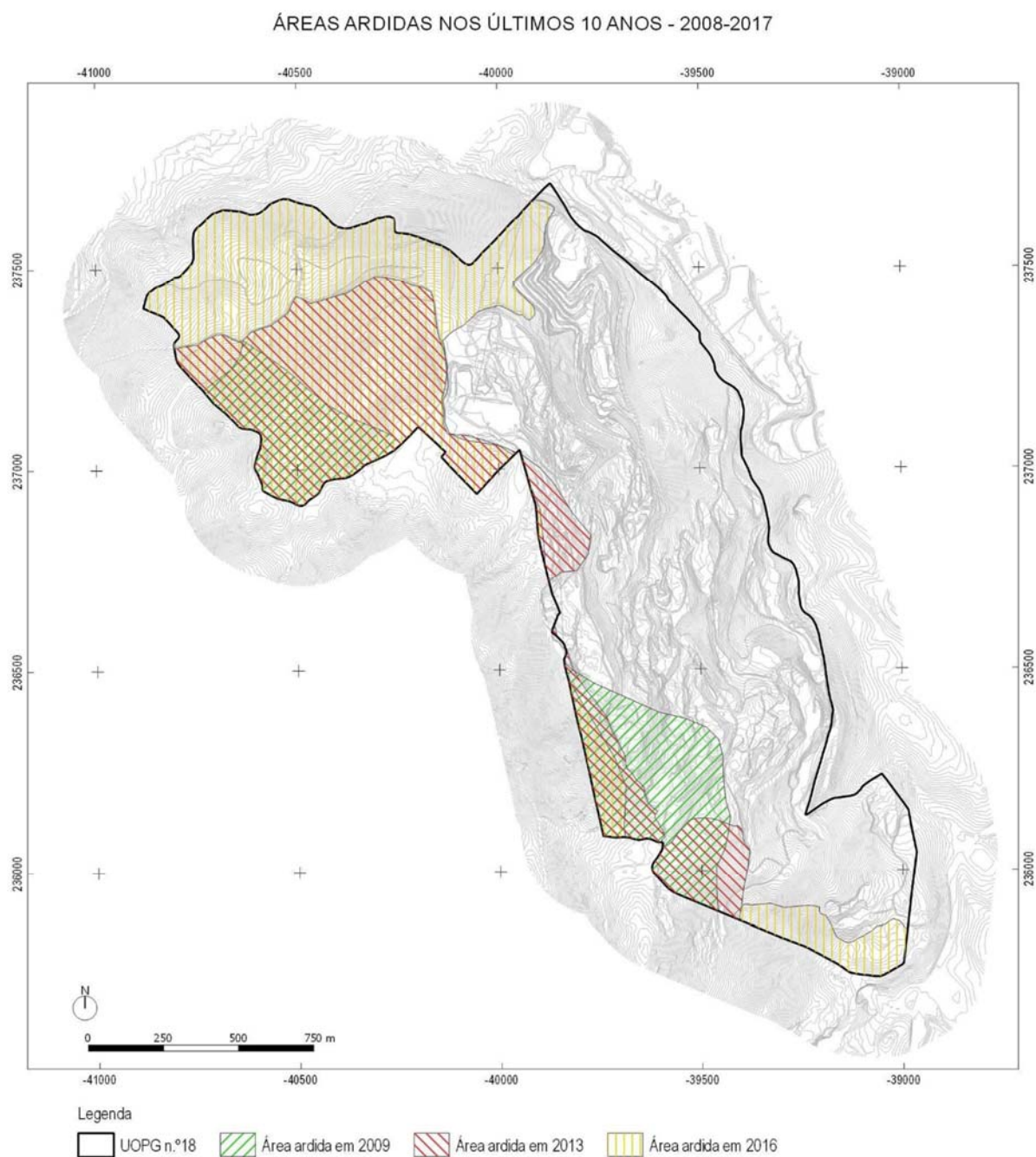
4. Extrato da Planta de Condicionantes do PDM de Ponte de Lima



5. Extrato Planta de Condicionantes PDM / Anexo II – Perigosidade



6. Extrato da Planta de Condicionantes PDM / Anexo II - Áreas Percorridas por incêndios nos últimos 10 anos



7. Alteração de disposições regulamentares decorrentes do PIER

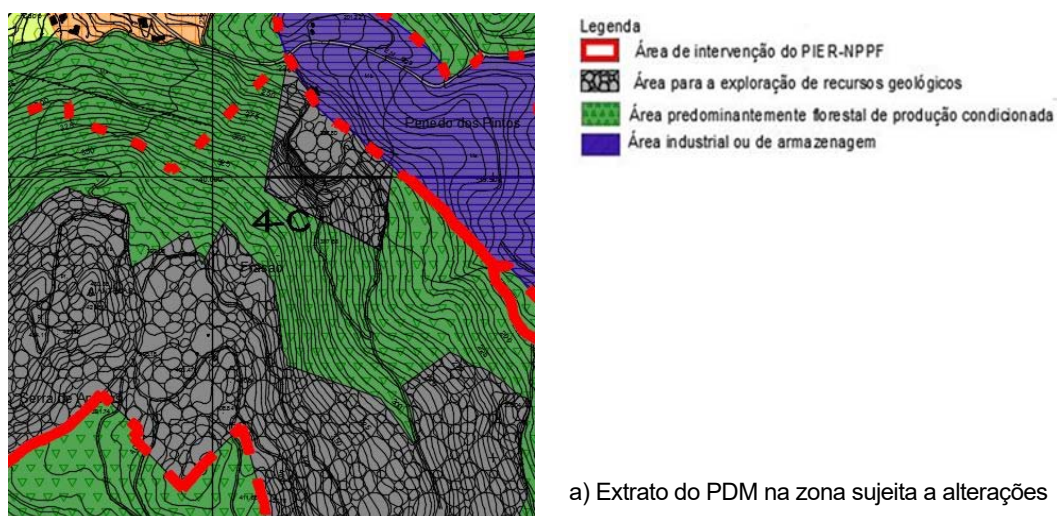
A proposta do PIER-NPPF mantém no geral o zonamento previsto no PDM de Ponte de Lima em vigor, exceptuando-se as seguintes situações:

- **Alargamento da área da parcela designada por 04-C (pedreira atualmente em abandono)** - o alargamento abrange área classificada no PDM na categoria de “*Área predominantemente florestal de produção condicionada*”. Esta opção possibilita a continuação da exploração com a obrigatoriedade de recuperação do passivo ambiental existente.
- **Alteração da classificação da parcela designada por 01 na subcategoria “*Espaços Destinados à Atividade de Transformação Industrial de Produtos Geológicos - Unidade de Britagem*”** - esta opção resulta do facto da central de britagem se encontrar no presente instalada na área e por simultaneamente se entender que a mesma é determinante para a valorização da massa mineral rejeitada e para a consequente diminuição dos impactes negativos no ambiente e paisagem provocados pelo depósito de escombros. No PDM em vigor aquela área encontra-se classificada na categoria “*Área predominantemente florestal de produção condicionada*”.

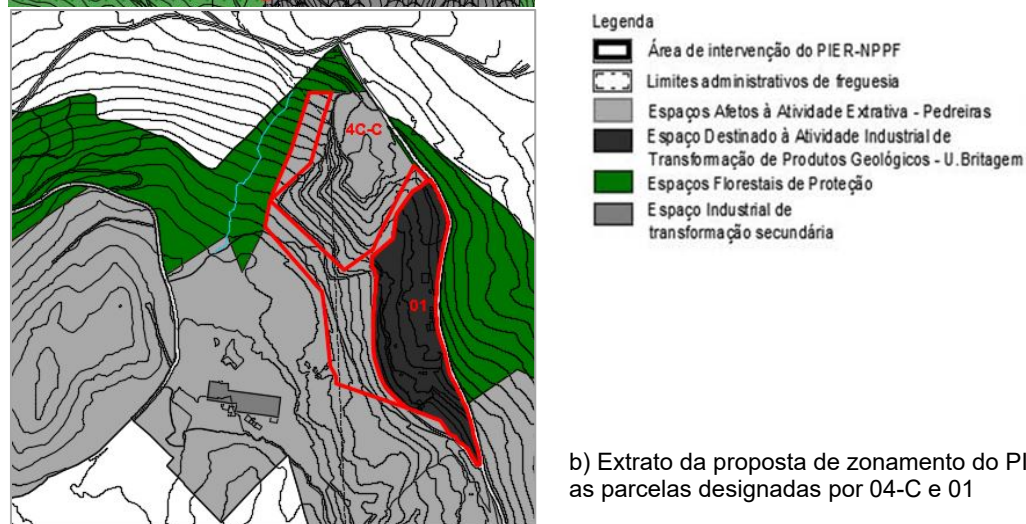
O PIER-NPPF, dentro da sua área de intervenção, propõe a alteração também da tipologia de ações e ocupações passíveis de ocorrerem nos espaços classificados na subcategoria “*Floresta de Proteção*” (art.º 10.º), que até à data estavam limitadas pelo previsto no n.º 1 do artigo 51.º do Regulamento do PDM. O Regulamento do PIER-NPPF prevê também a interdição da instalação de estabelecimentos industriais de transformação secundária, em todas as áreas integradas na subcategoria “*Espaços Afetos à Atividade Extrativa – Pedreiras*”, a qual estava prevista no regulamento do PDM no artigo 59.º, ponto 2, alínea b).

Esta opção procura consolidar a estratégia de concentração da atividade de transformação no Pólo industrial das Pedras Finas defendida pela Câmara Municipal de Ponte de Lima. Neste âmbito, notar que o PIER-NPPF prevê, exclusivamente, a manutenção do estabelecimento industrial existente associado à pedreira de Antelas, interditando a sua ampliação. Ao nível das condicionantes legais, o PIER-NPPF inclui a proposta de exclusão de duas linhas de água do Domínio Público Hídrico (DPH), considerando o facto de, à data da realização deste Plano, os respetivos leitos terem desaparecido por completo devido às operações de extração (figura n.º3).

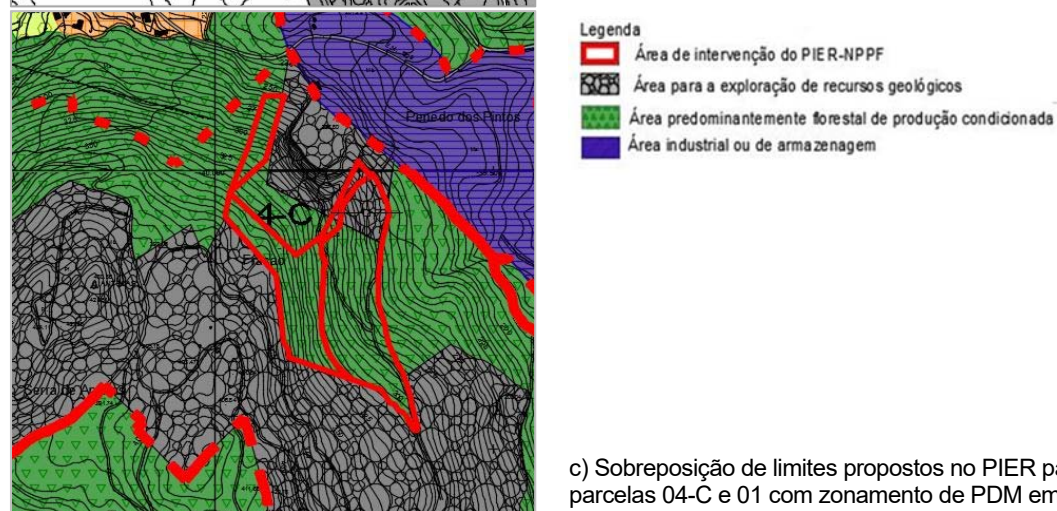
A figura seguinte evidencia as alterações propostas em termos de zonamento.



a) Extrato do PDM na zona sujeita a alterações



b) Extrato da proposta de zonamento do PIER para as parcelas designadas por 04-C e 01



c) Sobreposição de limites propostos no PIER para as parcelas 04-C e 01 com zonamento de PDM em vigor

Figura n.º1 – Proposta de alteração do zonamento do PDM de Ponte de Lima para as parcelas designadas por 04-C e 01

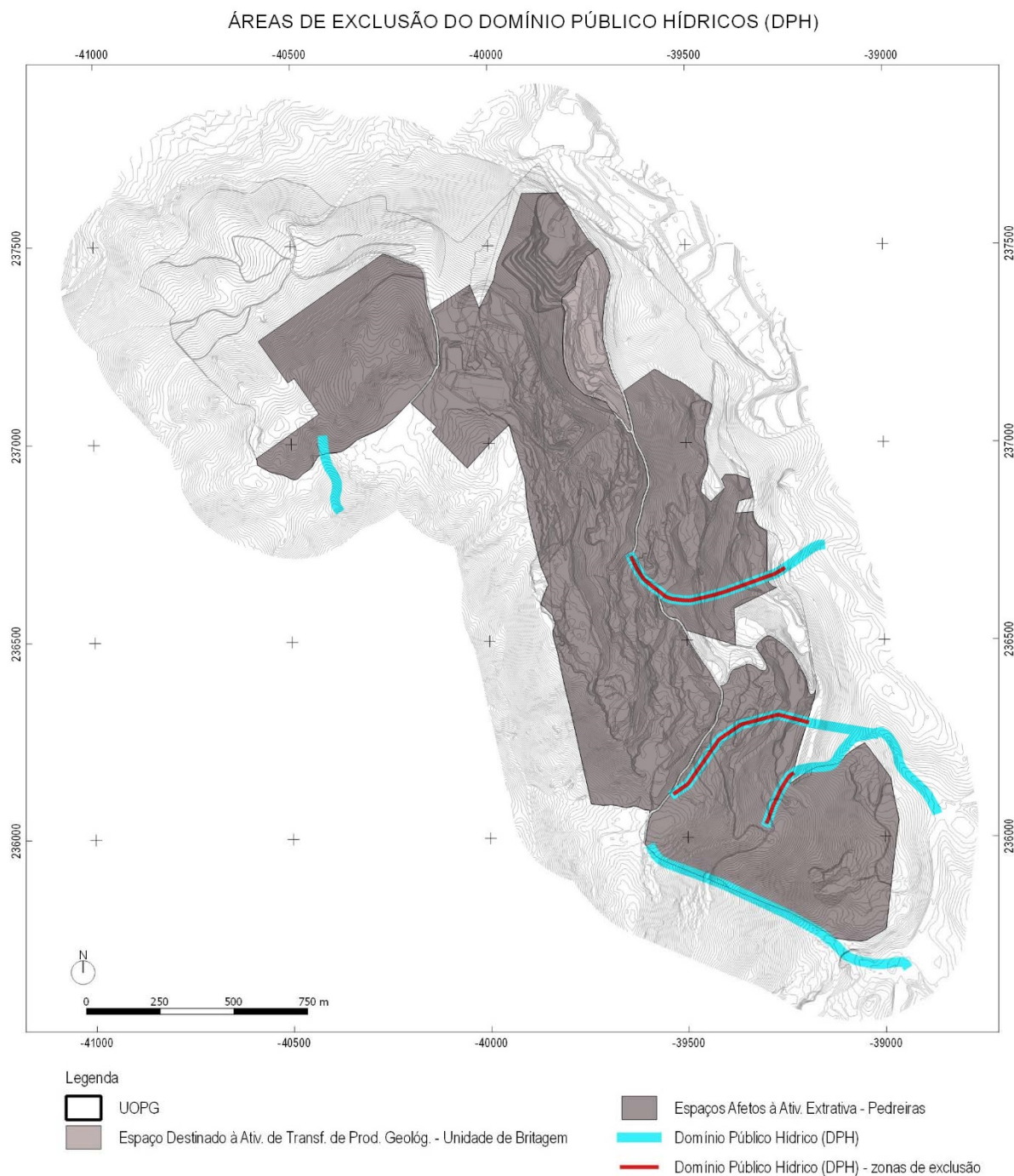


Figura n.º 2 – Proposta de desafetação do DPH

Este Plano procede à atualização de categorias/subcategorias de uso, decorrente da aplicação do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de classificação e

reclassificação do solo. A correspondência entre as designações do PDM e as adotadas na proposta do PIER-NPPF está indicada no quadro que se segue.

Quadro n.º 1 - Correspondência entre as categorias/subcategorias do PDM e as adotadas na proposta do PIER

Categoria no PDM	Categoria/subcategoria no PIER-NPPF
<i>Área para Exploração de Recursos Geológicos</i>	Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos <i>Espaços Afetos à Atividade Extrativa – Pedreiras</i> <i>Espaços Destinados a Atividades de Transformação Industrial de Produtos Geológicos – Unidade de Britagem</i>
<i>Área Predominantemente Florestal de Produção Condicionada</i>	Espaços Florestais <i>Espaços Florestais de Proteção</i>